pela Gestão Contábil da Unidade Gestora para certificar a CONFORMIDADE CONTÁBIL da mesma e emitir Parecer quanto aos Demonstrativos Contábeis registrados no SIAFEM e se estes foram elaborados de acordo com as Normas aplicáveis, nos termos definidos no ANEXO VI desta IN.

O Parecer do Contador de que trata este item <<segue em ANEXO ou serão oportunamente remetidos à AGE>>

Aplicar este parágrafo quando se tratar de UCI/ APC'(s) das demais UGs

<<Consta ou Não consta>>, no processo de Prestação de Contas de Gestão de Recursos Públicos Estaduais Anual, o Parecer do Contador Responsável pela Gestão Contábil da Unidade Gestora, nos termos definidos no ANEXO VI desta IN, certificando a CONFORMIDADE CONTÁBIL da mesma <<COM RESTRIÇÃO ou SEM RESTRIÇÃO>>, evidenciando que os Demonstrativos Contábeis registrados no SIAFEM <<foram ou não foram>> elaborados de acordo com as Normas aplicáveis.

Os **Demonstrativos Contábeis** <<estão ou não estão>> assinados pelo Contador Responsável pela Gestão Contábil e <<estão ou não estão>> assinados pelo Gestor Máximo da Unidade Gestora.

VII - GESTÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA

7.1 DISPONIBILIDADES:

As **disponibilidades financeiras** da UG <<são ou são parcialmente ou não são>> movimentadas mediante Ordens Bancárias de Pagamentos, << não sendo ou sendo>> realizados saques e movimentação de "dinheiros" em espécie.

Os **saldo registrados em "Bancos"** <<estão ou estão parcialmente ou não estão>> comprovados por extratos bancários constantes do processo de Prestação de Contas de Gestão de Recursos Públicos Estaduais Anual da Unidade Gestora e <<possuem ou possuem parcialmente ou não possuem>> fidedignidade com os valores e registros do SIAFEM.

7.2 MULTA, JUROS OU ENCARGOS FINANCEIROS:

<<Há ou Não há>>, no balancete, registro(s) de multas, juros ou encargos financeiros por atraso(s) em pagamento(s) ou atraso no(s) recolhimento(s) de encargos e impostos, bem como <<não há ou há>> registro(s) de infração(ões) de qualquer natureza que tenha(m) ocasionado pagamento(s) de multa(s), inclusive multa(s) de trânsito.

Caso ocorrido, o montante observado no Exercício analisado para os casos de multa(s) e juros atingiu (R\$ informar). <<Foram ou Não foram>> adotadas providências para o ressarcimento ao Erário do referido valor, conforme comprovado por/pelo (relatar).

7.3 DIVERSOS RESPONSÁVEIS:

A conta "**Diversos Responsáveis**" apresentou <<aumento ou diminuição>> de seu saldo no Exercício analisado, considerando-se seu saldo inicial de (R\$ informar) e saldo final de (R\$ informar). <<Foram ou Não foram>> adotadas providências para o ressarcimento ao Erário do referido valor, conforme comprovado por/pelo(a) (relatar).

7.4 CONVÊNIOS:

Os recursos financeiros provenientes de **Convênios** <<observaram ou observaram parcialmente ou não observaram>> a legislação específica, em especial: I - aos Decretos N°s 733 e 768, de 13.05.13 e 20.06.13, respectivamente, os quais dispõem sobre as Normas gerais relativas às transferências voluntárias de recursos do Executivo Estadual mediante Convênios; II - Notas Técnicas N° 01/2013 e 02/2013 - SATES / DICONF - SEFA, quanto à necessidade dos registros no SIAFEM; III - Resolução TCE/PA N° 18.589/2014, que estabelece as Normas de Convênios e sua Prestação de Contas junto ao TCE.

Conforme pode ser observado a seguir, os Convênios geridos pela Unidade Gestora no Exercício analisado <<foram ou foram parcialmente ou não foram>> geridos em contas específicas, <<apresentaram ou apresentaram parcialmente ou não apresentaram>> detalhamento adequado da fonte de recursos no SIAFEM, <<foram ou foram parcialmente ou não foram>> encaminhados à Unidade de Controle Interno para emissão de Parecer e encaminhados ao TCE:

TABELA DEMONSTRATIVA DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS E DE PARECERES DO CONTROLE INTERNO EMITIDOS.

N° do Convênio	Vigência do Convênio	Valor Pactuado	Valor Executado no Exercício	Gerido em Conta Bancária Específica	Foi Detalhada a FR - Fonte no SIAFEM	Qual Status do Convênio em 31.12.14?*	Qual a Data Limite para Prestação de Contas no TCE?*	Foi Emitido Parecer pela UCI **
(Informar o Número do Convênio)	(Informar a Vigência)	(Informar o Valor Pactuado)	(Informar o Valor Executado)	(Informar SIM ou NÃO, caso exista ou não Conta Bancária Específica para gestão dos recursos financeiros do Convênio.)	(Informar SIM ou NÃO, caso exista o Detalhamento no SIAFEM, para gestão dos recursos do Convênio.)	(Informar o Status do Convênio, observados os critérios estabelecidos na IN SEFA que trata do assunto.)	(Informar a Data Limite de Prestação de Contas.)	(Informar SIM para os casos de emissão: NÃO para os casos de NÃO emissão com prazo de Prestação de Contas Encerrado e NÃO PRAZO para os casos de Prestação de Contas futura.)
Total	-	R\$	R\$	-	-	-	-	-

* de acordo com os status e procedimentos estabelecidos nas Notas Técnicas N°01/2013 e 02/2013-SATES/DICONF - SEFA.

** os Pareceres emitidos foram anexados ao presente Relatório, bem como foi apresentada justificativa para os casos que não

foram tempestivamente emitidos.

7.5 DIÁRIAS:

Os processos de concessão de **Diárias** <<foram ou foram parcialmente ou não foram>> realizados antes dos deslocamentos, em observância às Normas vigentes, em especial aos procedimentos estabelecidos no Art. 145 da Lei Estadual N° 5.810/94 - RJU e demais procedimentos regulamentados no Decreto Estadual N° 734, de 07 de abril de 1992, no Decreto Estadual N° 2.539/94, no Decreto N.º 3.805 de 15 de dezembro de 1999 e na Orientação Normativa AGE N° 001/2008, de 11 de março de 2008.

7.6 SUPRIMENTO DE FUNDOS:

Os processos de concessão de **Suprimento de Fundos** <<foram ou foram parcialmente ou não foram>> analisadas pela (o/os) UCI / APC(s), subsidiando a aprovação da Prestação de Contas do Suprido pelo Ordenador de Despesa, conforme preceitamos o Art.35, Inciso III do Decreto Estadual N° 2.536/2006, c/c a Orientação Normativa AGE N° 002/2008, concluindo-se pela observância do estabelecido no Decreto Estadual N° 1.180/ 2008 e Lei N° 8.666/1993.

7.7 TRIBUTOS E ENCARGOS:

<<Constatou-se ou Constatou-se parcialmente ou Não se constatou>> a adequada e tempestiva retenção pela Área Financeira dos Impostos e Tributos, inclusive quanto aos Encargos Patronais oriundos de Folha de Pagamento e Prestação de Serviços de Terceiros Pessoa Física e Pessoa Jurídica (IRRF; ISS; INSS-Retenção; INSS-Patronal; INSS-Servidor ou Prestador de Serviço).

7.8 REGULARIDADE FISCAL:

<<Constatou-se ou Constatou-se parcialmente ou Não se constatou>> durante a conformidade diária das Ordens Bancárias emitidas que foram anexados aos processos a comprovação da situação de regularidade do Fornecedor, inclusive para os casos de Inexigibilidade e Dispensas de Licitação, em observância à Constituição Federal (Art. 195, Parágrafo 3º) e Estadual (Art. 28, Parágrafo 4º), legislações infraconstitucionais (Lei Federal N° 8.666/1993, Art. 29 c/c Art. 55, Inciso XIII) e jurisprudência atualmente aplicável ao assunto.

7.9 EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:

<<Constatou-se ou Constatou-se parcialmente ou Não se constatou>> durante a conformidade diária das Notas de Empenho, Notas de Liquidação e Ordens Bancárias emitidas, que a fase de pagamento foi precedida, adequadamente, pela fase de empenho e liquidação da despesa, em especial:

I - com base em documentos hábeis;

II - somente após o seu regular processamento;

III - com a formalização dos Contratos acompanhada do devido Ato de publicação tempestivo, com designação formal dos seus Fiscais;

IV - com a Portaria de Designação do Fiscal de acordo com o estabelecido no Manual aprovado pela Portaria Conjunta AGE/SEAD N° 658/ 2014;

V - com Fiscais de Contratos cumprindo as disposições estabelecidas no Decreto Estadual N° 870/2013 e o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pela Portaria Conjunta AGE/SEAD N° 658/ 2014;

Assim, <<constatou-se ou constatou-se parcialmente ou Não se constatou>> que os processos de pagamento ocorreram somente após a realização do fornecimento do bem, da execução da obra, da prestação do serviço ou do encerramento de cada etapa de execução das despesas, com base na liquidação da despesa Atestada pelos Fiscais e Gestores de Contratos, subsidiados ainda em autorização Superior, em observância ao estabelecido na Lei Federal N° 4.320/1964, Lei Federal N° 8.666/1993.

7.10 PARECER JURÍDICO:

<<constatou-se ou constatou-se parcialmente ou Não se constatou>> que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes foram previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica da Unidade Gestora, em observância ao Art. 38 da Lei Federal N° 8.666/1993 e Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos editado conjuntamente pela AGE/SEAD em 2014, assim como à Instrução Normativa AGE N° 001/2013.

7.11 CONFORMIDADE NA EXECUÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL E PROGRAMÁTICA:

<<Constatou-se ou Constatou-se parcialmente ou Não se constatou>> durante a conformidade diária das Notas de Empenho, Notas de Liquidação e nas Ordens Bancárias emitidas a utilização de dotações (orçamento) e recursos (financeiro) na Classificação Funcional, Programática e Fonte de Recursos adequadas e condizentes com as finalidades das despesas realizadas, inclusive as oriundas de Operação de Crédito.

7.12 PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS:

<<Constatou-se ou Constatou-se parcialmente ou Não se constatou>> durante a conformidade diária das Notas de Empenho, Notas de Liquidação e Ordens Bancárias a observância dos procedimentos específicos para a realização das despesas.

7.12.1 DESPESAS DE PEQUENO VULTO:

<<Constatou-se ou Constatou-se parcialmente ou Não se constatou>> que as despesas de pequeno vulto foram realizadas conforme estabelece os procedimentos da legislação atualmente aplicável, conforme estabelecido no Decreto Estadual N° 2.168/ 2010, Instrução Normativa SEAD/ DGL N° 001/2012 e foram instruídas conforme a Instrução Normativa AGE N° 001/2013.

Os procedimentos <<foram ou foram parcialmente ou não foram>> realizados e disponibilizados no sítio eletrônico

próprio adequado <http://web.banparanet.com.br/cotacao/WBCPublic/Publico//Mural/MuralEstatisticoPesquisa.aspx?&nCdMenuGuia=185> e no Portal de Transparência do Governo do Pará <http://www.transparencia.pa.gov.br/?q=node/57>, comprovando a publicidade, transparência e isonomia/ impessoalidade/ moralidade do procedimento, estimulando a competitividade dos interessados em fornecer bens e servidos ao Executivo Estadual, resultando em economicidade/ eficiência comprovada nas aquisições públicas.

<<Foi ou Foi parcialmente ou Não foi>> comprovada, assim, no âmbito da Unidade Gestora, a legalidade nas aquisição de bens e contratação de serviços efetuadas nas hipóteses de Dispensa de Licitação em razão do valor, com fundamento legal nos Incisos I e II e Parágrafo Único do Art. 24 da Lei Federal N° 8.666/93, ocorrida em Sessão Pública, à distância, por meio de Sistema que promova a comunicação pela Rede Mundial de Computadores (Internet).

7.12.2 DEMANDAS DO SISTEMA DE CONTROLE PREVENTIVO - SICONP:

As demandas de Dispensas e/ou Inexigibilidades de Licitação encaminhadas pela Auditoria Geral do Estado - AGE a esta Unidade de Controle Interno por meio do Sistema de Controle Preventivo - SICONP <<foram ou foram em parte ou não foram>> atendidas, em observância à Instrução Normativa AGE N° 001/2013.

Para os demais procedimentos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação ocorridos na UG, sem que haja demanda específicas encaminhadas pela AGE <<foram ou foram em parte ou não foram>> observados os dispositivos da Instrução Normativa AGE N° 001/2013, que dispõe sobre orientações aos Órgãos/ Entidades do Poder Executivo Estadual quanto à instrução processual (documental) referente às rotinas e padronização para a contratação de despesas por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, de acordo com os ditames da Lei Federal N° 8.666/93.

Assim, no âmbito da Unidade Gestora <<foi ou foi em parte ou não foi>> comprovada a legalidade nas aquisição de bens e contratação de serviços efetuadas nas hipóteses de Dispensa de Licitação em razão do valor, com fundamento legal nos Incisos I e II e Parágrafo Único do Art. 24 da Lei Federal n° 8.666/93, ocorrida em Sessão Pública, à distância, por meio de Sistema que promova a comunicação pela Rede Mundial de Computadores (Internet).

7.12.3 ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS ESTABELECIDOS PELO EXECUTIVO ESTADUAL:

As despesas realizadas pela UG <<observaram ou observaram em parte ou não observaram>> às Atas de Registro de Preços existentes e em vigência no sítio eletrônico do Compras Pará: <http://www.compraspara.pa.gov.br/sociedade/atas-de-registro-de-pre%C3%A7o-A70-0>.

Para os casos de existência de Ata de Registro de Preços, mas **sem a obrigatoriedade** de Participação, a UG justificou sua não participação com critérios técnicos ou comprovou que as despesas realizadas por outros procedimentos licitatórios apresentaram economicidade nas contratações.

Para os casos de **obrigatoriedade** de Participação à Ata de Registro de Preços, as despesas, no âmbito da UG, <<foram ou não foram>> realizadas conforme o Decreto Estadual N° 1.106/2014, de 22/08/2014 (fornecimento de passagens aéreas), <<foram ou não foram>> realizadas conforme Decreto Estadual N° 409, de 02/04/2012 (Serviço Telefônico Fixo e Móvel) e <<foram ou não foram>> quanto ao Decreto Estadual N° 2.431/2010, de 04/08/2010 (fornecimento de combustível). Assim, a economicidade, isonomia, impessoalidade, publicidade, legalidade e eficiência na realização das despesas da Unidade Gestora <<foram ou foram em parte ou não foram>> devidamente comprovadas quando da realização da Conformidade Diária.

7.12.4 TRANSPARÊNCIA DAS DESPESAS:

As despesas <<foram ou foram em parte ou não foram>> registradas nos Sistemas Corporativos de Governo SIAFEM, GP PARÁ, SISPATWEB, SIMAS e demais Sistemas Corporativos de Governo, em atendimento a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício analisado, conforme Art. 36.

As despesas <<foram ou foram em parte ou não foram>> disponibilizados no sítio eletrônico do Portal de Transparência do Executivo Estadual, comprovando a Transparência Ativa da UG, em observância a Lei Federal N° 12.527/2011, Lei Complementar N° 101/2000 e Lei Complementar N° 131/2009, bem como § 1º, Art. 15, da LDO/2014.

PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS:

Os Contratos e Licitações e Editais <<foram ou foram em parte ou não foram>> disponibilizados no sítio eletrônico da UG e Compras Pará, comprovando a Transparência Ativa da UG, em observância ao Art. 8º, Inciso IV, da Lei Federal N° 12.527/2011.

7.12.6 DESPESAS COM PESSOAL:

As despesas com Pessoal da Unidade Gestora <<foram ou foram em parte ou não foram>> disponibilizados no sítio eletrônico do Portal de Transparência do Executivo Estadual http://www.transparencia.pa.gov.br/?q=consultar_servidores, em observância à Lei da transparência e Lei de Acesso à Informação e ainda ao estabelecido no ANEXO IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 2014, em observância ao Parágrafo Único do seu Art. 58.

7.12.7 OUTRAS DESPESAS VERIFICADAS NO EXERCÍCIO ANÁLISADO:

<< Este espaço será destinado ao registro de análises efetuadas pela (o/os) Unidade de Controle Interno / Agente(s) Público(s)